



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA-GERAL DA
POLÍCIA CIVIL DGPC SUPERINTENDÊNCIA DE RECRUTAMENTO E
SELEÇÃO

SEGUNDA AVALIAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL
EXTRAORDINÁRIO
PAPIOSCOPISTA POLICIAL DA 3ª CLASSE

Candidato(a)

Inscrição

--	--

Nível

SUPERIOR

Turno

TARDE

Material

Além deste Caderno de Questões com quarenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas.

Divulgação

A prova e o gabarito preliminar estarão disponíveis conforme previsto em Edital.

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- ▶ Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo corresponde àquele para o qual se matriculou.
- ▶ O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno e na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.
- ▶ A Folha de Respostas é o único documento válido para avaliação.
- ▶ Preencha os campos destinados à assinatura na Folha de Respostas. As respostas às questões objetivas devem ser preenchidas da seguinte maneira: ●
- ▶ Na Folha de Respostas, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta. Esse documento deve ser devolvido ao fiscal na saída, devidamente preenchido e assinado.
- ▶ O prazo de realização da prova é de **4 horas**, incluindo a marcação da Folha de Respostas.
- ▶ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões.
- ▶ O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões, desde que permaneça na sala até 3h00min (três horas) após o início da prova.
- ▶ Os três últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do Envelope de Retorno.

**Fraudar ou tentar fraudar
Concurso Público é Crime!**
Previsto no Art. 311 - A do
Código Penal

Boa prova!

Identificação Civil

1

A carteira de identidade é um documento de grande relevância para todo cidadão brasileiro. Sua emissão é realizada pelos órgãos de Identificação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. De acordo com o Art. 2º da Lei n.º 7.116/83, qual documento é obrigatório para a expedição da Carteira de Identidade?

- (A) Comprovante de residência.
- (B) Certidão de nascimento ou de casamento.
- (C) Título de eleitor.
- (D) Passaporte.
- (E) Certidão de antecedentes criminais.

2

O requerente nascido fora do Brasil, cuja filiação seja estrangeira, poderá solicitar a Carteira de Identidade em Goiás, desde que tenha obtido a naturalização. Segundo a Lei n.º 7.116/83, qual das opções abaixo é verdadeira sobre o brasileiro naturalizado?

- (A) Ele deve apresentar apenas a certidão de nascimento ou casamento para obter a Carteira de Identidade.
- (B) O Certificado de Naturalização é dispensável para a emissão da Carteira de Identidade.
- (C) O brasileiro naturalizado deve apresentar o Registro Nacional de Estrangeiros para obter a Carteira de Identidade.
- (D) O Certificado de Naturalização é obrigatório para obter a Carteira de Identidade.
- (E) Ele pode utilizar o passaporte de seu país de origem para obter a Carteira de Identidade brasileira.

3

A Lei n.º 7.116/83 elenca o rol de elementos que devem constar na Carteira de Identidade. Assinale a alternativa que apresenta uma informação não prevista no referido rol de elementos.

- (A) Assinatura do dirigente do órgão expedidor.
- (B) Número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
- (C) Identificação do órgão expedidor.
- (D) Nome do Cônjuge.
- (E) Filiação

4

Haja vista a nova relação estabelecida entre a Carteira de Identidade e o número do CPF, o que deve ser feito caso uma pessoa solicite o documento de identidade sem estar inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas, de acordo com a Lei n.º 7.116/83?

- (A) O órgão de identificação deverá inscrevê-la no CPF.
- (B) A solicitação será recusada até que o CPF seja obtido separadamente.
- (C) O cidadão deverá pagar uma taxa extra para emitir o CPF junto com a identidade.
- (D) O CPF será substituído por outro número de identificação.
- (E) A identidade será emitida sem o CPF e o cidadão poderá providenciá-lo depois.

5

A Carteira de Identidade pode ser expedida em papel de segurança, em cartão de policarbonato ou em formato digital. Quanto à expedição da Carteira em formato digital, conforme o Art. 5º, parágrafo único, do Decreto n.º 10.977/22, de que forma ela será realizada?

- (A) Somente de forma digital, sem necessidade de documento físico.
- (B) Em um processo separado, realizado exclusivamente online.
- (C) No mesmo processo de identificação da carteira física, sendo gerada após sua entrega.
- (D) Apenas para cidadãos que solicitarem diretamente à Receita Federal.
- (E) Apenas para aqueles que possuem passaporte válido.

6

O Decreto n.º 10.977/22 estabeleceu prazo de validade para as Carteiras de Identidade, conforme a idade do titular no momento da expedição do documento. Em consonância com a legislação vigente, uma Carteira de Identidade emitida para uma criança de 10 anos deverá ser renovada, por decurso do prazo de validade, após quantos anos?

- (A) 3 anos.
- (B) 10 anos.
- (C) 5 anos.
- (D) 15 anos.
- (E) Não precisa renovar.

7

O Sistema de Informações para Segurança Pública – SISP, mais conhecido como Sistema AGANP/SEGPLAN, trouxe diversas melhorias para os procedimentos de solicitação e confecção da Carteira de Identidade. Por meio dele, iniciou-se o processo de informatização dos registros biográficos existentes, possibilitando a inclusão de mais dados sobre o requerente e melhorando o banco de dados civil. Assinale a alternativa abaixo que contém o ano de implantação do referido sistema.

- (A) 1985
- (B) 1989
- (C) 1995
- (D) 2010
- (E) 2017

8

A Certidão de Registro Geral (RG) é um documento emitido pela Superintendência de Identificação Humana. Qual a finalidade desse documento?

- (A) Substituir a Folha de Antecedentes Criminais.
- (B) Demonstrar documentalmente, aos interessados, informações pertinentes ao registro gerado no Prontuário Civil da pessoa no Estado de Goiás.
- (C) Criar um novo número de RG para qualquer cidadão que solicitar.
- (D) Permitir a emissão de uma nova Carteira de Identidade para pessoas estrangeiras.
- (E) Informar o número de RG gerado em outro estado.

9

A Superintendência de Identificação Humana publicou, em 2019, a Portaria n.º 008, que estabelece o prazo máximo em que as Carteiras de Identidade impressas pela Gerência de Identificação Civil ficarão disponíveis para retirada nos locais de atendimento. Esse período é de

- (A) 2 anos
- (B) 180 dias
- (C) 90 dias
- (D) 365 dias
- (E) 5 anos

10

As Carteiras de Identidade expedidas de acordo com os padrões anteriores aos estabelecidos no Decreto n.º 10.977/22 permanecerão válidas por um determinado período. Assinale a alternativa que indica corretamente esse prazo.

- (A) Dez anos, contado da data de entrada em vigor do Decreto n.º 10.977/22
- (B) Cinco anos, contado da data de entrada em vigor do Decreto n.º 10.977/22
- (C) Quinze anos, contado da data de entrada em vigor do Decreto n.º 10.977/22
- (D) Três anos, contado da data de entrada em vigor do Decreto n.º 10.977/22
- (E) Prazo indeterminado.

Identificação Criminal

11

Quais documentos podem ser utilizados como prova de identidade civil para advogados e membros do Ministério Público?

- (A) Apenas o documento de identidade profissional.
- (B) Apenas a carteira funcional.
- (C) Documento de identidade profissional e certidão de nascimento.
- (D) Apenas a certidão de nascimento.
- (E) Documento de identidade profissional e carteira funcional.

12

Qual das alternativas a seguir NÃO configura hipótese autorizadora para a identificação criminal, conforme previsto no Art. 3º da Lei n.º 12.037/09?

- (A) Documento com rasura ou indício de falsificação.
- (B) Documento insuficiente para completa identificação (ex.: certidão de nascimento).
- (C) Portar documentos de identidade com informações conflitantes.
- (D) Estado de conservação ou expedição que inviabilize a identificação dos caracteres essenciais.
- (E) Apresentar documento original sem qualquer irregularidade.

13

Em caso de recusa do investigado em colaborar com o processo de identificação criminal, qual dispositivo autoriza a condução coercitiva?

- (A) Art. 260 do Código de Processo Penal.
- (B) Art. 232 do Código de Processo Penal.
- (C) Art. 5º da Constituição Federal.
- (D) Art. 3º da Lei n.º 12.037/09.
- (E) Art. 7º-A da Lei n.º 12.037/09.

14

Ao remeter os autos do inquérito ao juiz competente, a autoridade policial deve oficiar a qual instituição para informar os dados relativos à infração penal e ao indiciado?

- (A) Ministério Público.
- (B) Escola Superior da Polícia Civil.
- (C) Instituto de Identificação ou repartição congênere.
- (D) Tribunal de Justiça.
- (E) Polícia Federal.

15

Qual é o procedimento adotado nos casos em que o documento de identificação apresentado contém rasuras ou indícios de falsificação?

- (A) A identificação criminal é dispensada.
- (B) A identificação criminal pode ser realizada mesmo com a apresentação do documento.
- (C) O documento é considerado idôneo para identificação civil.
- (D) O documento é automaticamente rejeitado sem a realização da identificação.
- (E) O indiciado é encaminhado para nova emissão de documento.

16

Qual das situações abaixo justifica a realização da identificação criminal?

- (A) Apresentação de documento original sem qualquer irregularidade.
- (B) Documento com informações conflitantes entre si.
- (C) Documento perfeitamente legível e atualizado.
- (D) Apresentação de documento com fotografia e dados completos.
- (E) Uso exclusivo de documentos de identidade civil.

17

A papiloscopia é essencial para

- (A) substituir a necessidade de documentos de identidade.
- (B) realizar exames laboratoriais de DNA.
- (C) confirmar a autoria do crime por meio da comparação de impressões digitais.
- (D) verificar a validade de fotografias apresentadas.
- (E) coletar dados para identificação civil exclusivamente.

18**Qual documento, por si só, NÃO é suficiente para a identificação civil do indivíduo?**

- (A) Carteira de identidade com foto.
- (B) Certidão de nascimento.
- (C) Documento de identidade profissional.
- (D) Carteira funcional.
- (E) Documento original sem rasuras.

19**Qual procedimento é adotado quando um documento de identificação apresenta informações conflitantes?**

- (A) O documento é imediatamente considerado idôneo para identificação civil.
- (B) O indiciado é liberado sem a necessidade de identificação criminal.
- (C) O documento é aceito sem questionamento, dispensando nova coleta de dados.
- (D) A identificação criminal é realizada para esclarecer a verdadeira identidade do indiciado.
- (E) O documento é descartado e substituído por outro, sem procedimento adicional.

20**Qual o efeito jurídico atribuído à cópia autenticada de um documento, conforme o parágrafo único do Art. 232 do Código de Processo Penal?**

- (A) Não pode ser usada para identificação criminal.
- (B) Tem valor inferior ao original.
- (C) Possui o mesmo valor do original para suprir sua ausência.
- (D) Deve ser substituída por documento original, sempre.
- (E) Pode ser utilizada somente se acompanhada de testemunha.

Artigos 59 a 107 da Lei Orgânica da Polícia Civil

21**São garantias dos Escrivães de Polícia, Agentes de Polícia e Papiloscopistas Policiais, exceto:**

- (A) não ser constrangido por qualquer modo ou forma a agir em desconformidade com a sua consciência ético-jurídico-profissional.
- (B) requisitar, sempre que necessário, auxílio e colaboração das autoridades públicas para o exercício de suas atribuições, respeitada a legislação de cada órgão ou categoria requisitados.
- (C) a irredutibilidade de subsídio.
- (D) a independência funcional no desempenho de suas atribuições.
- (E) a estabilidade, após a confirmação no cargo, na forma da lei.

22**Acerca das prerrogativas do servidor policial civil especificadas na Lei n.º 16.901/2010, assinale a alternativa incorreta.**

- (A) Os policiais civis não podem ser presos, exceto por ordem judicial escrita ou em flagrante delito, casos em que a autoridade deverá, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, comunicar e apresentar o policial ao Delegado-Geral da Polícia Civil, sob pena de responsabilidade.
- (B) Os policiais civis têm prioridade nos serviços de transporte e comunicação, tanto públicos quanto privados, quando em missão de caráter urgente, podendo requisitá-los, se necessário, desde que respeitadas as prerrogativas das demais carreiras.
- (C) Os policiais civis devem ser recolhidos em dependência ou cela especial quando sujeitos a qualquer modalidade de prisão.
- (D) As prerrogativas dos membros da Polícia Civil são inerentes ao exercício de suas funções e renunciáveis.
- (E) O servidor policial civil tem livre acesso a locais públicos ou particulares que necessitem de intervenção policial, na forma da legislação e respeitada a hierarquia administrativa.

23**São deveres do servidor policial civil:**

- I. Atender com zelo e presteza a requisições para a defesa da Fazenda Pública.**
- II. Levar ao conhecimento do membro do ministério público as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo.**
- III. Frequentar com assiduidade, para fins de promoção automática, os cursos instituídos periodicamente pela Gerência de Ensino da Polícia Civil ou estabelecimento congênere, em que haja sido efetivamente matriculado.**
- IV. Residir na sede do município onde exerça o cargo ou função, ou onde autorizado.**
- V. Guardar sigilo sobre assuntos de outro órgão.**

- (A) Os itens I e III estão corretos.
(B) Os itens II e IV estão corretos.
(C) Os itens IV e V estão corretos.
(D) Os itens I e V estão corretos.
(E) Os itens I e IV estão corretos.

24**Em relação à entrega da arma de fogo e da respectiva munição pelo policial civil, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) Deverá ser entregue em audiência judicial ou correccional, a critério do juiz competente, da autoridade corregedora, sindicante ou processante.
(B) Deverá ser entregue caso o policial civil esteja em possível estado de surto psicótico.
(C) Deverá ser entregue caso o policial civil esteja em estado de flagrante delito.
(D) Deverá ser entregue caso o policial civil receba ordem fundamentada de autoridade corregedora, sindicante ou processante.
(E) Deverá ser entregue caso o policial civil receba ordem de autoridade pública competente, quando o motivo justificar.

25**São garantias dos Delegados de Polícia, EXCETO,**

- (A) ingressar livremente em qualquer edifício ou recinto onde funcione repartição pública do Estado e ter acesso a documentos e informações úteis ao exercício da atividade funcional, respeitada a hierarquia administrativa.
(B) ser removido de ofício apenas em face da necessidade do serviço, definida em ato motivado do Delegado-Geral da Polícia Civil, com aprovação de 3/5 (três quintos) do Conselho Superior da Polícia Civil.
(C) não ser constrangido por qualquer modo ou forma a agir em desconformidade com a sua consciência ético-jurídico-profissional.
(D) a independência funcional no desempenho de suas atribuições.
(E) a irredutibilidade de subsídio.

26**Sobre a remuneração do policial civil, assinale a alternativa CORRETA.**

- (A) Todos os policiais civis serão remunerados pelo regime de subsídio.
(B) Apenas os delegados de polícia serão remunerados pelo regime de subsídio.
(C) A remuneração poderá ser fixada em até duas parcelas, devendo ser pagas necessariamente no mês trabalhado.
(D) As duas parcelas de remuneração dos servidores policiais civis serão fixadas em níveis condizentes com a relevância da função, de forma a compensar todas as vedações e incompatibilidades específicas que lhes sejam impostas.
(E) Todas as alternativas anteriores estão incorretas.

27**Em relação à promoção, assinale a alternativa CORRETA.**

- (A) Em regra, a elevação do servidor consiste na ascensão de uma classe para outra imediatamente superior àquela em que se encontrava, dentro da categoria funcional a que pertence, em sua respectiva série de Classes.
- (B) Excepcionalmente, apenas para os cargos de Agente de Polícia e Escrivão de Polícia, considera-se como promoção a elevação do servidor de uma classe para o padrão I da classe imediatamente superior àquela em que se encontrava, dentro da categoria funcional a que pertence, na respectiva série de classes.
- (C) As promoções serão realizadas semestralmente, nos meses de julho e dezembro de cada ano, obedecendo aos limites, procedimentos e condições pessoais do servidor policial concorrente, estabelecidos nesta Lei, até o último dia imediatamente anterior à análise pelo órgão competente.
- (D) Serão considerados promovidos os servidores que falecerem durante o processo promocional, mesmo que a promoção a que tinham direito por merecimento não tenha sido processada.
- (E) Os direitos e as vantagens decorrentes da promoção serão contados a partir da publicação do ato, mesmo que esta tenha ocorrido fora do prazo legal.

28**Não poderão concorrer às promoções os servidores policiais civis que**

- (A) forem julgados pela prática de crime, com decisão transitada em julgado.
- (B) estiverem presos em flagrante delito.
- (C) estiverem com medida cautelar decretada, mesmo que diversa da prisão.
- (D) a juízo do Gerente de Correições e Disciplina, estiverem respondendo a Processo Administrativo Disciplinar ou Criminal.
- (E) forem condenados pela prática de crime de menor potencial ofensivo, enquanto durar o cumprimento da pena.

29**Os atos de promoção são de competência exclusiva do**

- (A) Governador do Estado de Goiás.
- (B) Delegado-Geral.
- (C) Conselho Superior da Polícia Civil.
- (D) Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás.
- (E) Chefe de Polícia Judiciária.

30**O impedimento à promoção será declarado pelo**

- (A) Gerente de Correições e disciplina da Polícia Civil.
- (B) Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás.
- (C) Delegado-Geral da Polícia Civil.
- (D) Conselho Superior da Polícia Civil.
- (E) Governador do Estado de Goiás.

Artigo 204 da Lei Estadual nº 20.756/2020

31

De acordo com Art. 204, inciso I, da Lei Estadual n.º 20.756/2020, a conduta de “[...] transitar por logradouro público portando arma de fogo, sem a respectiva identificação funcional”, constitui transgressão punida com penalidade de

- (A) suspensão dos direitos políticos.
- (B) cassação de aposentadoria.
- (C) prestação de serviço à comunidade.
- (D) demissão.
- (E) advertência.

32

Mévio, Escrivão de Polícia lotado na Delegacia de Polícia da cidade de Araruê/GO, chefe de cartório da Unidade Policial, causou, por negligência (desatenção), o extravio de arma de fogo apreendida. Tal conduta, nos termos do Art. 204, inciso XI, da Lei Estadual n.º 20.756/2020, poderá configurar transgressão disciplinar

- (A) somente se a arma não tiver sido periciada.
- (B) somente se a arma de fogo for registrada no SINARM.
- (C) desde que a arma apreendida esteja sob sua responsabilidade, ainda que não seja da Instituição (Polícia Civil).
- (D) somente se a arma de fogo possuir numeração visível.
- (E) em nenhuma hipótese, pois tal conduta não tem repercussão administrativo-disciplinar.

33

Marque a única alternativa correta. A(s) penalidade(s) prevista(s) para as transgressões tipificadas no Art. 204 da Lei Estadual n.º 20.756/2020 é (são)

- (A) admoestação verbal e limitação de final de semana.
- (B) reclusão e detenção.
- (C) prestação de serviços à comunidade e interdição temporária de direitos.
- (D) admoestação verbal e repreensão.
- (E) advertência, suspensão e demissão.

34

A depender da gravidade do fato cometido, a penalidade de suspensão, prevista em diversas transgressões do Art. 204, da Lei Estadual n.º 20.756/2020, pode variar nos seguintes prazos:

- (A) de 01 (um) a 03 (três) anos.
- (B) de 01 (um) a 10 (dez) dias; de 11 (onze) a 14 (quatorze) dias.
- (C) de até 30 (trinta) dias; de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias; de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias.
- (D) de 137 (cento e trinta e sete) a 238 (duzentos e trinta e oito) dias.
- (E) de 06 (seis) a 12 (doze) horas; de 13 (treze) a 24 (vinte e quatro) horas; e de 25 (vinte e cinco) a 36 (trinta e seis) horas.

35

Marque a única alternativa correta. Nos termos do inciso III, do Art. 204, da Lei Estadual n.º 20.756/2020, constitui transgressão disciplinar e ao policial civil é vedado (proibido), discutir ou provocar discussões, pela imprensa, a respeito de assuntos policiais, EXCETUANDO-SE:

- (A) os de crimes de homicídio, independentemente de autorização.
- (B) os de natureza exclusivamente técnica, quando devidamente autorizados.
- (C) os ocorridos em outra Unidade Policial.
- (D) os de violência doméstica, quando envolver pessoa maior e capaz.
- (E) os relacionados a criança e adolescente, quando houver participação do Conselho Tutelar na diligência.

36

Dentre as transgressões relacionadas abaixo, extraídas do Art. 204, da Lei Estadual n.º 20.756/2020, marque a única alternativa CORRETA.

- (A) É permitido ao policial civil deixar de guardar, em público, a devida compostura, comprometendo a função pública.
- (B) É facultado ao policial civil irrogar (atribuir) sua qualidade de policial fora dos casos necessários ou convenientes ao serviço.
- (C) É permitido ao policial civil ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, desde que obedecidas as formalidades legais.
- (D) É autorizado ao policial civil deixar de cumprir ou de fazer cumprir, na esfera de suas atribuições, as leis e os regulamentos.
- (E) É permitido ao policial civil atentar, com abuso de autoridade ou prevalecendo-se dela, contra a inviolabilidade do domicílio.

37

Durante participação em bloco de carnaval de sua cidade, um policial civil portava a arma de fogo institucional na cintura, deixando-a o tempo todo à mostra. Essa conduta, além de atentar contra sua própria segurança, poderá caracterizar, nos termos do Art. 204, da Lei Estadual n.º 20.756/2020, a seguinte transgressão disciplinar:

- (A) fazer uso indevido de arma, bem como portá-la ostensivamente em público.
- (B) simular fato ou condição para esquivar-se do cumprimento de obrigação funcional.
- (C) recusar-se a executar ou executar deficientemente qualquer serviço para evitar perigo pessoal.
- (D) faltar à verdade no exercício de suas funções.
- (E) praticar advocacia na repartição.

38

Durante a lavratura de Auto de Prisão em Flagrante, um policial civil plantonista autoriza o preso (recolhido na cela da delegacia) a permanecer portando um cortador de unha. Considerando o que dispõe o Art. 204, da Lei Estadual n.º 20.756/2020, tal conduta poderá configurar a seguinte transgressão disciplinar:

- (A) submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou constrangimento.
- (B) permitir que o preso mantenha em seu poder instrumento capaz de causar dano nas dependências em que esteja recolhido, ferir a si mesmo ou produzir lesões em terceiros.
- (C) deixar de adotar providências em relação a uma ocorrência no âmbito de suas atribuições, exceto em caso de impedimento devidamente comunicado em tempo hábil.
- (D) maltratar preso sob sua guarda ou usar de violência desnecessária, no exercício da função policial ou de segurança prisional.
- (E) entreter-se, nos locais e horários de trabalho, em atividades estranhas às suas atribuições.

39

Dentre as transgressões relacionadas abaixo, extraídas do Art. 204, da Lei Estadual n.º 20.756/2020, marque a única alternativa INCORRETA.

- (A) É proibido ao policial civil conversar ou entender-se com preso, sem estar autorizado por sua função ou autoridade competente.
- (B) É vedado ao policial civil recusar-se a executar, ou executar de forma deficiente, qualquer serviço com o objetivo de evitar perigo pessoal, salvo por motivo justificável.
- (C) É proibido ao policial civil publicar, sem ordem expressa da autoridade competente, documentos oficiais, embora não reservados, ou ensinar a divulgação de seu conteúdo, no todo ou em parte.
- (D) É vedado ao policial civil introduzir material inflamável ou explosivo na repartição, ainda que seja em obediência a ordem de serviço expedida pela autoridade competente.
- (E) É proibido ao policial civil levar à prisão ou nela conservar quem quer que se proponha a prestar fiança, quando admitida em Lei.

40

Considerando as transgressões contidas no Art. 204, da Lei Estadual n.º 20.756/2020, marque a única alternativa INCORRETA.

- (A) É proibido ao policial civil espalhar falsas notícias em prejuízo ou desprestígio da ordem policial.
- (B) É vedado introduzir bebidas alcoólicas na repartição policial, seja para uso próprio ou de terceiros.
- (C) É proibido ao policial civil omitir-se no zelo da integridade física ou moral dos presos sob sua guarda.
- (D) É vedado ao policial civil maltratar preso sob sua guarda ou usar de violência desnecessária, no exercício da função policial.
- (E) É proibido ao policial civil levar à prisão ou nela conservar a pessoa presa por crime que não se admita fiança.

----- destaque aqui -----

[illegible][illegible]